

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM  
PUBLICIDADE INTERNACIONAL**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE DADOS  
CONTRA CYBER ATAQUES – COFRE DIGITAL PARA A  
ÁGUAS DO NORTE, S.A.**

**PRC\_025 I/2023\_STI**

**CADERNO DE ENCARGOS**

# CLÁUSULAS GERAIS

## Capítulo I - Disposições gerais

### Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### (Objeto)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviço de proteção de dados contra cyber ataques – cofre digital para a **Águas do Norte, S.A.**, tudo conforme as especificações técnicas descritas nas cláusulas especiais do presente caderno de encargos.
2. O fornecimento e serviços serão preferencialmente executados remotamente, podendo em caso de necessidade, ser realizados nas seguintes moradas: no Datacenter da Águas do Norte, S.A., sito no Edifício Administrativo de Areias de Vilar: Lugar de Gaído, 4755-045 Barcelos ou na Sede em Vila Real: Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1 A 5000-669 Vila Real.
3. A eventual indicação, no presente Caderno de Encargos, bem como na lista de artigos a fornecer, que integra o Anexo II ao Convite, de marcas comerciais ou industriais, de patentes ou modelos, ou de uma origem ou produção determinadas deve, sempre e sem exceção, ser interpretada como indicativa e ilustrativa das especificações dos bens a fornecer, sendo-lhe atribuído o significado do mesmo tipo ou equivalente.

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### (Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;

- d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
  4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
  5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este caderno de encargos e que não tenham sido detetados em fase pré-contratual consideram-se, para efeitos de execução do contrato, como não escritos e de nenhum efeito.

### **Cláusula 3.ª**

#### **(Preço base)**

1. O preço base do procedimento é, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos*, de 485.810,34 EUR (quatrocentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e dez euros e trinta e quatro centimos) não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
2. Fixam-se ainda preços base unitários, de acordo com a tabela infra e conforme definido no Anexo II do Convite – Lista de Preços Unitários:

Descrição	Preço Base Unitário Fixo
DataDomain 6900 CyberRecovery	174 004,47 €
Software CyberSense	70 618,13 €
Servidores PowerEdge R650	14 293,46 €
LAN Switchs S4112	11 902,35 €
Firewall Palo Alto	8 800,00 €
Serviços de Consultoria CyberRecovery	85 992,51 €
Serviços Instant Response and Recover	79 710,15 €

3. Os parâmetros base fixados nos preceitos anteriores representam o preço máximo que a **Águas do Norte, S.A.** se dispõe a pagar pela aquisição objeto do contrato a celebrar.
4. A violação dos preços bases implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **(Prazo)**

- I. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo necessário a assegurar o fornecimento de bens e serviços que constitui objeto do contrato, pelo período correspondente a 5 (cinco) anos, contados da data da sua outorga, ou até perfazer o preço total estimado da proposta adjudicada, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

## **Capítulo II - Obrigações contratuais**

### **Secção I - Obrigações do adjudicatário**

#### **Subsecção I – Disposições gerais**

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **(Obrigações principais do adjudicatário)**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário a obrigação de fornecer e prestar à **Águas do Norte (doravante Águas do Norte, S.A.)** um serviço de proteção de dados contra cyber ataques – cofre digital em modelo AaS., ou seja uma solução de proteção contra ciber incidentes, integrada ao nível de software, hardware e análise de vectores de ataque, que permita endereçar as seguintes necessidades, cumprindo na íntegra com os requisitos técnicos identificados:

##### **I. Solução cofre digital de Recuperação contra Ciber Ataques:**

- Por forma a retirar partido da solução de proteção de dados existente e uma maior racionalização de custos e recursos, a solução deverá permitir a total integração com a

solução de proteção de dados do datacenter em produção, permitindo um mecanismo de replicação nativa entre a solução a propor para o Datacenter Central e a solução a propor para o cofre;

- Como o controlo e gestão da solução de ciberproteção deverá ser feito a partir do cofre, mantendo o isolamento lógico da rede de produção, a replicação deverá ser feita por mecanismos nativos entre o repositório de dados da solução de proteção de dados do Datacenter Central e o repositório do cofre, sem qualquer orientação ou conhecimento do software de proteção de dados do lado da produção;
- A solução deve combinar os benefícios do isolamento e da continuidade de negócios, minimizar o impacto de um ciberataque e fornecer uma maior probabilidade de sucesso na recuperação de sistemas críticos, alinhado às práticas descritas pelo Instituto Nacional de Segurança e Tecnologia (NIST);
- Garantir automação e fluxo de trabalho para 14 cópias “Gold” dos dados mais críticos da **Águas do Norte, S.A.**, para um segundo repositório neste cofre digital, o qual tem de replicar nativamente com a solução repositório de dados do Datacenter Central, para que os processos de negócios possam ser retomados após um ataque destrutivo.
- O processo de deteção deverá incidir sobre os vetores de ataque utilizados pelas ferramentas de malware, ransomware e criptoware, sem necessidade de recurso exclusivo a deteção de assinatura maliciosa, que obriga a uma atualização constante da solução para manter o sucesso dos índices de deteção de código malicioso.

## 2. Licenciamento da solução cofre digital de proteção de dados:

- O licenciamento da solução de proteção de dados a propor deverá permitir à **Águas do Norte, S.A.** acomodar as suas necessidades de proteção de dados, bem como continuar a garantir o seu crescimento de forma fácil e transparente. O licenciamento a propor deverá ter em consideração os elevados requisitos de Recovery Point Objective e Recovery Time Objective das aplicações críticas, bem como a garantia de recuperabilidade dos dados armazenados na solução de proteção de dados.
- Pretende-se a aquisição de um licenciamento totalmente flexível por forma a permitir um melhor enquadramento na realidade da infraestrutura do **Águas do Norte, S.A.** nomeadamente ao suporte da infraestrutura de virtualização:
  - Licenciamento ilimitado do repositório de dados em termos de volume de dados a proteger, número de máquinas (físicos e/ou virtuais), independentemente do

sistema operativo e/ou hipervisor, bem como a número de aplicações a proteger;

- Licenciamento para 44TB de frontend da componente software de análise de dados do cofre digital
- O licenciamento deverá permitir acomodar tanto as necessidades de backup, como de replicação, monitorização, analítica e pesquisa de metadados.
- A solução a propor deverá permitir a réplica dos dados existentes no repositório de dados do datacenter produção, para o cofre digital, com recurso e mecanismos nativos de replicação entre este repositório de Dados do datacenter produção e o repositório de dados do cofre digital, sem recurso a restore, criação de 2ª cópia, rehidratação ou qualquer tipo de alteração dos dados atualmente armazenados.

### **3. Aquisição de uma nova plataforma integrada para proteção contra ciber incidentes**

Deverá ser proposta uma plataforma totalmente integrada ao nível de software, hardware e analítica de vectores de ataque, que ofereça uma solução de proteção de dados, capaz de permitir à **Águas do Norte, S.A.** acomodar as necessidades de proteção dos volumes de dados atuais mais críticos e respetivas taxas de crescimento, que contemple os seguintes requisitos mínimos:

- a) Capacidade de proteção de dados mais críticos, em estado imutável, a disponibilizar 44TBu de espaço, antes de deduplicação e compressão.
- b) Capacidade do repositório de dados, de performance e escalabilidade necessárias para assegurar proteção de investimento e futuras necessidades:
  - Capacidade de escrita correspondente a até pelo menos 33TB/hora
  - Capacidade de armazenamento
    - 44TB úteis de capacidade útil
  - Capacidade de expansão, sem recursos a troca de controlador de até pelo menos 288TB úteis, excluindo efeitos de deduplicação e/ou compressão;
  - Suporte para protocolos NFS/CIFS e OpenStorage (e em simultâneo se necessário);
- c) O repositório de proteção de dados deverá permitir a realização das diversas operações de backup, recuperação, replicação, sem necessidade de interrupção ou janela dedicada para as tarefas de manutenção do repositório;

- d) A solução deverá fornecer e incluir todo o software necessário ao funcionamento da mesma, incluindo a capacidade de exportar dados para a cloud (pública e/ou privada);
- e) A solução deverá ser fornecida sem limites de clientes e/ou agentes aplicativos;
- f) No sentido de garantir a mínima integridade dos dados armazenados, a solução deverá contemplar ao nível do repositório de dados os seguintes níveis mínimos de redundância e validação:
  - Fontes de alimentação redundantes
  - Proteção de disco de dupla paridade (RAID6)
  - Mecanismo de verificação de integridade dos dados durante a escrita
- g) A solução deverá ainda ser fornecida em formato PBBA (Purpose-Built Backup Appliance), ou seja, ter um conjunto de características diferenciadoras dos restantes dispositivos appliances e storage arrays tradicionais, onde se destaca:
  - Serem capazes de armazenar especificamente dados de backup no formato do software de backup, sendo impraticável o uso dos dados para outros propósitos;
  - Implementação de elevadas taxas de deduplicação (normalmente 10:1 ou mais), sendo impraticável o uso dos dados para outras tarefas que não recuperações;
  - Permitir a replicação de dados em elevada eficiência (maioritariamente devido à deduplicação dos dados) por forma a facilitar backups rápidos a partir de localizações remotas;
  - Fornecer tradução de protocolo (p.e. S3, OpenStack) para transferência de dados para repositórios de cloud (“cloud tiering”).

**Nota: Os itens indicados neste ponto estão de acordo com os critérios considerados relevantes pela entidade independente Gartner Group.**

- 4. Pretende-se que a tecnologia de cyberprotection (cofre digital) implementado, suporte os seguintes conceitos, na sua implementação, operacionalidade e gestão:
  - a) Pretende-se proteger até 14 cópias da informação no Datacenter Central (incluído a informação das delegações), em que pelo menos 50% serão “Gold”, consideradas “saudáveis” para recuperação a partir de um ciber-incidente;
  - b) Por forma a reduzir a superfície de ataque, a solução deverá recorrer a um isolamento lógico (do tipo air-gap) do cofre, desligado da rede face à produção, gerido a partir do próprio cofre e com acesso restrito apenas a utilizadores com as devidas credenciais de acesso ao cofre;

- c) Transferência de dados protegida por handshake digital, encriptação do link de replicação e dos dados a sincronizar;
- d) Proteger as cópias sincronizadas através de um mecanismo de retenção certificado, que garanta a imutabilidade dos dados protegidos no cofre;
- e) Analítica integrada que permita a análise periódica dos dados contidos no formato nativo de backup, sem necessidade de “restores” e a procura de indicadores de comprometimento da informação;
- f) A analítica deverá efetuar a análise dos dados com recurso a indexação total de conteúdos, dentro do cofre, sem qualquer recurso ou ligação ao exterior;
- g) Gestão baseada em políticas e automatização dos workflows de proteção;
- h) A solução a propor deverá incluir toda a infraestrutura necessária ao regular funcionamento do cofre, incluindo, mas não se limitando a: computação, armazenamento, ativos de rede e de segurança, todo o software e licenciamento necessário à análise dos dados a proteger no cofre;
- i) A solução deverá ainda contemplar todos os serviços de implementação da solução de ciberproteção, bem como a realização de testes que permitam aferir o sucesso de implementação da mesma, de acordo com os requisitos a definir entre a **Águas do Norte, S.A.** e o proponente da solução.

## 5. MAPA DE QUANTIDADES

A solução de Recuperação contra Ciber Ataques deverá ser instalada no Datacenter da **Águas do Norte, S.A.** em Barcelos de acordo com o seguinte mapa de quantidades:

Descrição	2023	2024	2025	2026	2027
Repositório de Backups	1	1	1	1	1
Capacidade Util (TB)	44	44	44	44	44
Subscrição de Software de Analítica	44	44	44	44	44
Servidores Vault	2	2	2	2	2
Servidores Analítica	1	1	1	1	1
LAN Switchs	2	2	2	2	2



## SERVIÇOS

### 5.1 Serviços de Manutenção

Os serviços de Suporte e Manutenção deverão ser prestados pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos de acordo com os seguintes requisitos:

- a) O Adjudicatário deverá prestar à **Águas do Norte, S.A.** os serviços de manutenção do sistema fornecido ao abrigo do presente contrato, que incluem:
  1. Manutenção preventiva dos bens fornecidos, que poderá ser feita remotamente, com a regularidade necessária para reduzir os riscos de avaria do equipamento ou de degradação do serviço prestado, de forma a garantir, durante a vigência do contrato, que as respetivas características e desempenho mantém um nível semelhante ao especificado pelo fabricante;
  2. Manutenção corretiva a realizar pelo fabricante com a finalidade de repor o equipamento em condições normais de funcionamento sempre que se detetem problemas ou anomalias ou que ocorram avarias, incluindo a substituição de qualquer componente físico, fixo ou móvel, dos bens fornecidos, quer tais problemas, anomalias ou avarias resultem, ou não, de desgaste;
  3. Todas as deslocações e mão-de-obra no local onde os bens se encontram instalados, dos técnicos ao seu serviço no âmbito do presente contrato, incluindo os do fabricante do equipamento;
  4. Ligação *online* ao fabricante dos bens, a implementar sobre conexão a disponibilizar pela **Águas do Norte, S.A.**, para comunicação de falhas de hardware, do tipo *call home* ou similar;
  5. Disponibilização e instalação das atualizações do *software* do fabricante dos bens, a realizar em articulação com a **Águas do Norte, S.A.**;
  6. Prestação de suporte ativo à **Águas do Norte, S.A.**, durante as 24 horas do dia e 7 dias por semana (24x7), com tempo máximo de resposta de 4 horas, via telefone em língua portuguesa, por técnicos certificados do fabricante ou através de portal na internet, para resolução de problemas de *hardware* e de *software*, nomeadamente problemas de performance ou deficiências no funcionamento;
  7. Disponibilização à **Águas do Norte, S.A.** de acesso ao portal do fabricante dos bens, para verificação de atualizações e submissão de *tickets* de suporte;
- b) Todo o *hardware* e cabos, acessórios e licenciamentos complementares a fornecer no âmbito dos serviços de manutenção deverá estar devidamente certificado para instalação no

equipamento fornecido e estar incluído na respetiva matriz de compatibilidade do referido equipamento;

- c) Adicionalmente, estão incluídos no presente contrato todos os *upgrades* de versão do *software* fornecido que venham a ocorrer durante a sua vigência;
- d) O adjudicatário deverá proceder à entrega do equipamento à **Águas do Norte, S.A.** no prazo de 30 dias contados da data da assinatura do contrato;
- e) As obrigações vigorarão durante um período de 60 meses a contar da data da entrega, montagem e operacionalização do equipamento;
- f) Deverá ser apresentada uma declaração do fabricante, assinada pelo seu representante legal, em como tem conhecimento da solução apresentada pelo proponente, que a mesma foi validada e que cumpre com os requisitos técnicos da presente consulta;
- g) Deverá ser apresentada uma declaração do fabricante, assinada pelo seu representante legal, confirmando que os serviços de manutenção são prestados *on site* por técnicos certificados do fabricante, nativos ou fluentes em língua portuguesa;
- h) A manutenção preventiva da infraestrutura de hardware é fundamental para garantir o bom funcionamento da solução. Nesse sentido, é necessário que sejam realizadas inspeções/manutenções regulares, e que sejam recomendadas medidas de segurança, melhorias ao desempenho da solução ou outro tipo de recomendações. As atividades devem ser realizadas por profissionais capacitados, podendo ser em regime remoto e ou presencial conforme solicitação da **Águas do Norte, S.A.** e refletidas num relatório mensal e enviar por email.

## 5.2 Serviços de Implementação e Configuração

- a) O concorrente deverá nomear um gestor de projeto que será responsável pela coordenação de todos os trabalhos de instalação e migração de dados bem como de solucionar qualquer tipo de questões logísticas, técnicas ou humanas que possam surgir e que tenham impacto no sucesso do projeto;
- b) Toda a instalação física, configuração, integração na infraestrutura, bem como a atualização de todos os componentes fornecidos ou necessários ao bom funcionamento serão da responsabilidade do concorrente;
- c) Pretende-se uma implementação do tipo chave na mão;
- d) Todos os trabalhos serão acompanhados por uma equipa da **Águas do Norte, S.A.** que deverá ser devidamente formada na plataforma implementada;

- e) Os serviços de instalação e configuração deverão ser prestados por técnicos certificados do fabricante, nativos ou fluentes em língua portuguesa;
- f) O concorrente deverá proceder à montagem e operacionalização do equipamento, incluindo migração de dados, à **Águas do Norte, S.A.** no prazo máximo de 60 dias contados da data da assinatura do contrato;
- g) Todas as operações que possam trazer disrupção ao normal funcionamento da função informática, deverão ser agendadas para fora do horário normal de funcionamento ou seja, entre as 20h e as 08h do dia seguinte, ou ao fim de semana devendo para isso ser informada a **Águas do Norte, S.A.** com pelo menos 48h de antecedência. A **Águas do Norte, S.A.** pode ainda solicitar novo agendamento se daí surgirem graves prejuízos ao seu negócio ou riscos elevados devido a fatores externos;
- h) O equipamento deverá ser instalado no *Datacenter* da **Águas do Norte, S.A.** em *rack standard* de 19", localizado em Barcelos;
- i) O equipamento deverá suportar ligações do standard IEC 60320 de 32 Amperes ligadas a fases distintas para alta disponibilidade;
- j) Os serviços de implementação deverão incluir:
  - a. Instalação física, configuração de volumes, configuração de jobs de replicação e implementação da solução de analítica;
  - b. Testes de replicação e recuperação;
  - c. Integração com o ambiente existente na **Águas do Norte, S.A.**.

### 5.3 Serviços de Apoio à Recuperação em caso de Ciber-Ataque

- a) Deverá ser proposto um serviço de Apoio à Recuperação em caso de Ciber-Ataque;
- b) O serviço de Apoio à recuperação em caso de Ciber-Ataque pretende endereçar as seguintes áreas:
  - a. Avaliar o estado atual e capacidade de recuperação de incidentes da **Águas do Norte, S.A.**;
  - b. Revisão dos planos de recuperação existentes, redes, infraestrutura e processos de backup;
  - c. Preparação de um Resumo de Avaliação e Planeamento;
  - d. Elaboração de Relatório para fornecer um roteiro para mitigação de incidentes e ações de recuperação;

- c) O serviço de apoio à recuperação em caso de Ciber-Ataque deverá ser assegurado remotamente ou on site por uma equipa especializada com recursos do fabricante da solução de proteção de dados contra ciber-ataques;
- d) Deverá ser disponibilizado um meio de contacto permanente, através de mail e telefone, para ativação dos serviços de Apoio à recuperação em caso de desastre;
- e) Deverá ser cumprido o seguinte nível de serviço: 2 horas de tempo de resposta e planeamento de atividades, 6 horas para início do diagnóstico e início dos trabalhos remotamente, 24 horas para início dos trabalhos on-site;
- f) Deverá nomear um gestor de projeto que será responsável pela coordenação de todos os trabalhos de Recuperação;
- g) O serviço de Apoio à recuperação em caso de Ciber-Ataque deve incluir 3 Fases distintas de recuperação, designadamente:
  - a. Fase I - Detecção e Resposta a Ameaças: inclui ações de Análise e mitigação de ameaças, identificação de redes e serviços alternativos, restabelecimento de funções nucleares de negócio;
  - b. Fase 2 – Reconstrução: Reconstrução de rede e endpoints, decifração e recuperação de dados, incrementar a segurança da rede, implementação de monitorização da rede, preservação dos dados críticos;
  - c. Fase 3 – Estabilização: definição de boas práticas, Proteção avançada contra ameaças, monitorização 24x7, Revisão de rotinas de segurança;
- h) O serviço deve incluir pelo menos 20 horas de serviço de consultoria para recuperação em caso de ciber-ataque;
- i) O serviço deverá ter a validade de 1 ano, sendo que as horas não gastas em ações corretivas poderão ser usadas para:
  - a. Planeamento de Recuperação de Desastres;
  - b. Planeamento e implementação de patches;
  - c. Hardening de sistemas operativos;
  - d. Serviços forenses;
  - e. Planeamento de recuperação de incidentes;
  - f. Ações de melhoria de políticas de cibersegurança;
  - g. Avaliações de vulnerabilidades;
  - h. Teste

#### 5.4 Equipa

Os serviços de implementação devem ser assegurados por técnicos certificados do fabricante, tendo no mínimo as seguintes certificações:

- a) PowerProtect Cyber Recovery (DC) Expert - Technology Architect, Backup Recovery Solutions Version 6.0 (DCE-TA)
- b) Implementation Engineer, Backup Recovery - Avamar Specialist Version 6.0 (EMCIE)
- c) Specialist - Implementation Engineer, Avamar Version 7.0 (DCS-IE)
- d) Specialist - Implementation Engineer, Data Domain Version 1.0 (DCS-IE)

Deverá ser apresentada uma declaração do fabricante, assinada pelo seu representante legal, identificando os recursos atribuídos e as suas certificações.

- 6. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- 7. Constitui encargo do adjudicatário o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.
- 8. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o adjudicatário obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da **Águas do Norte, S.A.**

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **(Obrigações complementares do adjudicatário)**

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações gerais:
  - a) Executar o fornecimento e serviços que integram o objeto do contrato tal como descrito na cláusula anterior, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;

- b) Entregar à **Águas do Norte, S.A.** os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos indicados na cláusula anterior e nos termos da legislação aplicável;
  - c) Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta todos as especificações e requisitos técnicos indicados na cláusula anterior e nos termos da legislação aplicável;
  - d) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da **Águas do Norte, S.A.**;
  - e) Prestar as informações que forem solicitadas pela **Águas do Norte, S.A.**;
  - f) Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução do fornecimento.
  - g) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta prestação do serviço.
2. No que se refere aos trabalhadores afetos à presente prestação de serviços, o Adjudicatário fica ainda obrigado às seguintes condições:
- a) Os trabalhadores afetos ao contrato de aquisição de serviços prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme decorre do artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º, n.º 2, ambos do CCP;
  - b) O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho;
  - c) O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução contratual;
  - d) A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do CCP constitui contraordenação muito grave como decorre da alínea f) do artigo 456.º do CCP;
  - e) A **Águas do Norte, S.A.** poderá exigir ao adjudicatário, em qualquer momento, as evidências do cumprimento desta obrigação.

### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

#### **(Forma da prestação de serviços)**

1. A execução dos serviços será efetuada, sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, em função das necessidades da **Águas do Norte, S.A.** e em datas a acordar.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### **(Conformidade e operacionalidade dos bens)**

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à **Águas do Norte, S.A.** os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos neste caderno de encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua aplicação e operacionalização.
3. O adjudicatário é responsável perante a **Águas do Norte, S.A.** por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **(Entrega dos bens objeto do contrato)**

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas condições e locais indicadas na cláusula 5.<sup>a</sup> e no prazo indicado na alínea d) do n.º 5.1 da Cláusula 5.<sup>a</sup> deste caderno de encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser acompanhados das respetivas fichas técnicas, evidenciando de forma cabal as características fixadas no presente Caderno de Encargos, manuais e declarações de conformidade CE, bem como outros documentos previstos Regulamento para Fornecedores da **Águas do Norte, S.A.**, disponível no website da **Águas do Norte, S.A.**, em <http://www.adnorte.pt>
3. Rececionados os bens, o representante da **Águas do Norte, S.A.**, assinará a correspondente guia de transporte que atestará a entrega dos bens em execução do fornecimento contratado.

4. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização e aplicação daqueles.
5. Com cada entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a **Águas do Norte, S.A.**, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia e resultado que impendem sobre o adjudicatário.
6. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **(Inspeção)**

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a **Águas do Norte, S.A.**, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, para verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades encomendadas e se reúnem as características, especificações e requisitos de operacionalidade definidos na cláusula 8.<sup>a</sup>.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **(Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias)**

1. No caso de os bens objeto do contrato não apresentarem uma total operacionalidade, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a **Águas do Norte, S.A.** deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela **Águas do Norte, S.A.**, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo Adjudicatário, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante procede à realização de nova inspeção, nos termos do artigo anterior.



### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

#### **(Aceitação dos bens)**

1. Caso a inspeção a que se refere a cláusula 10.<sup>a</sup> comprove a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, e decorrido o prazo previsto no n.º 3 da cláusula 11.º, consideram-se os mesmos aceites.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **(Transferência da propriedade)**

1. Os elementos apresentados pelo adjudicatário ao abrigo do contrato passam a integrar a propriedade da **Águas do Norte, S.A.**, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

### **Cláusula 14.º**

#### **(Garantia técnica)**

1. Nos termos do presente artigo e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data da aceitação dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos previstos, que se revelem a partir da data da aceitação expressa do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
  - a) O fornecimento de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - c) O fornecimento das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;

- d) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
  - e) A deslocação ao local de entrega.
3. A reparação ou substituição previstas no presente artigo devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela Entidade Adjudicante e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **(Garantia de continuidade de fabrico)**

- 1. O adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento dos bens objeto do contrato pelo prazo de vigência do mesmo.

#### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **(Objeto do dever de sigilo)**

- 1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **Águas do Norte, S.A.**, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

#### **(Prazo do dever de sigilo)**

- I. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **(Proteção de dados pessoais e RGPD)**

- I. O adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da legislação de proteção de dados aplicável, em particular o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, adiante, RGPD, bem como a Lei de Execução Nacional aprovada pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, no decurso do procedimento concursal, assim como durante a vigência do contrato, nomeadamente as seguintes:
  - a) Garantir a confidencialidade dos dados pessoais a que tenha ou venha a ter acesso por via do presente procedimento ou do contrato, ou qualquer ato relacionado direta ou indiretamente a decorrer deste, nomeadamente, assegurando que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
  - b) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso por via do presente, apenas para as finalidades previstas no presente Caderno de Encargos e no respetivo contrato e segundo as instruções da **Águas do Norte, S.A.**;
  - c) Informar a **Águas do Norte, S.A.** caso considere que alguma das instruções por esta providenciada possa dar origem ao incumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais;
  - d) Implementar as medidas técnicas e organizativas de segurança adequadas a assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados pessoais, bem como a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento, designadamente as previstas no artigo 32.º do RGPD, a fim de impedir a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito dos dados pessoais;

- e) Não subcontratar o tratamento de dados pessoais da entidade adjudicante sem a sua prévia autorização escrita;
  - f) Em caso de autorização de subcontratação, impor ao subcontratado as obrigações em matéria de proteção de dados estabelecidas no presente Caderno de Encargos;
  - g) Notificar a **Águas do Norte, S.A.** de quaisquer transferências de dados pessoais para país fora do Espaço Económico Europeu e que não apresente um nível adequado de proteção;
  - h) Informar a **Águas do Norte, S.A.**, com a maior brevidade possível, em caso de efetivo ou potencial incidente de violação de dados pessoais;
  - i) Prestar assistência à **Águas do Norte, S.A.** no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, bem como as obrigações estabelecidas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD;
  - j) Disponibilizar à **Águas do Norte, S.A.** todas as informações necessárias para que sejam cumpridas todas as obrigações a que o adjudicatário esteja sujeito, contribuindo para auditorias, inspeções e demais fiscalizações conduzidas pelo Responsável pelo Tratamento, quando necessário e aplicável;
  - k) Sensibilizar o pessoal autorizado no âmbito do tratamento dos dados para as questões relacionadas com privacidade, proteção de dados e segurança da informação, garantindo ainda a necessária formação ao correto manuseamento dos mesmos;
  - l) Findo o fornecimento dos bens e a execução dos serviços, apagar ou devolver, segundo o critério da **Águas do Norte, S.A.**, todos os dados pessoais tratados por sua conta, apagando as cópias existentes, sem prejuízo de conservação posterior que seja legalmente exigida.
2. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela **Águas do Norte, S.A.** ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe

sejam transmitidos pela **Águas do Norte, S.A.** ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pela **Águas do Norte, S.A.**

4. Caso o adjudicatário subcontrate outras entidades (mediante prévia autorização escrita da **Águas do Norte, S.A.**, nos termos previstos no CCP) para o fornecimento dos bens e execução dos serviços previamente definidos pela **Águas do Norte, S.A.**, o adjudicatário será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por esta subcontratadas cumprirão o disposto na LPDP e na demais legislação aplicável, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
  - a) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
  - b) Prestar à **Águas do Norte, S.A.**, toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a **Águas do Norte, S.A.**, informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados à **Águas do Norte, S.A.**;
  - c) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato;
  - d) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
  - e) Prestar a assistência necessária à **Águas do Norte, S.A.** no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de

acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados.

7. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a **Águas do Norte, S.A.**, venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 6 da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.
9. O adjudicatário deverá assinar, como anexo ao Contrato, o Acordo de Tratamento de Dados Pessoais, que constitui o **Anexo I**, bem como o Acordo de Confidencialidade – **Anexo II**, ao presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **(Interoperabilidade digital)**

- I. O adjudicatário obriga-se a executar o contrato em conformidade com as normas abertas:
  - i. Lei n.º 36/2011, de 21 de junho - Adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado;
  - ii. RCM n.º 91/2012, de 8 de novembro - Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital.

### **Secção II - Obrigações da Águas do Norte**

#### **Cláusula 20.ª**

##### **(Preço contratual)**

- I. Pelo fornecimento dos bens e execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **Águas do Norte, S.A.** deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta

adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O preço referido no número anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **Águas do Norte, S.A.**, nomeadamente os relativos ao transporte e acondicionamento dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Não haverá lugar à revisão de preços durante o prazo de execução contratual e eventuais renovações se as houver.

#### Cláusula 21.<sup>a</sup>

##### (Condições de pagamento)

1. As quantias devidas pela **Águas do Norte, S.A.**, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pela **Águas do Norte, S.A.** das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Não obstante o supra referido, o valor total da proposta adjudicada será distribuído de forma igual pelos 5 (cinco) anos da vigência do contrato.
3. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato, salvo se os mesmos se mostrarem desconformes, na sequência da inspeção a que alude a cláusula 9.<sup>a</sup>.
4. Em caso de discordância por parte da **Águas do Norte, S.A.**, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Em caso de atraso da **Águas do Norte, S.A.** no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o adjudicatário direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, pelo período correspondente à mora, calculados à taxa de juro fixada no n.º 2 do artigo 806.º do Código Civil para o incumprimento das obrigações civis.

## Cláusula 22.<sup>a</sup>

### (Faturação)

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário à **Águas do Norte, S.A.** devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada, sendo acompanhadas de relatórios discriminados justificativos do tempo efetivamente gasto na execução dos serviços.
2. A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar, quando aplicável, todos os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.
3. As faturas são emitidas eletronicamente pelo adjudicatário e deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedor.es.aspx#maintabl>
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIOUS](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIOUS)
5. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em [https://www.adp.pt/downloads/file427\\_pt.pdf](https://www.adp.pt/downloads/file427_pt.pdf)
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela **Águas do Norte, S.A.** não será objeto de qualquer cobrança adicional.
7. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável à **Águas do Norte, S.A.**, às prestações devidas não acrescem quaisquer juros de mora.
8. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.



9. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
10. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **(Erros e omissões do caderno de encargos)**

1. O Adjudicatário deve, no prazo de 60 dias contados da data da celebração do contrato, reclamar sobre a existência de erros ou omissões do caderno de encargos, salvo dos que só sejam detetáveis durante a execução do contrato, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento desses erros e omissões.
2. O Adjudicatário é ainda responsável pelos trabalhos complementares que se destinem ao suprimento de erros e omissões que, não podendo objetivamente ser detetados na fase de formação do contrato, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, caso os erros ou omissões decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante a **Águas do Norte, S.A.**:
  - a) Deve a **Águas do Norte, S.A.** exercer obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizado por parte destes terceiros;
  - b) Fica o Adjudicatário sub-rogado no direito de indemnização que assiste à **Águas do Norte, S.A.** perante esses terceiros até ao limite do montante que deva ser por si suportado em virtude do disposto dos n.ºs 1 e 2 da presente Cláusula.

#### Cláusula 24.<sup>a</sup>

##### (Acompanhamento e controlo do contrato)

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, a **Águas do Norte, S.A.** poderá requerer ao Adjudicatário reuniões de acompanhamento à execução do contrato.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
3. O adjudicatário obriga-se a dispor de um responsável pela execução do contrato.
4. Após a assinatura do contrato, o adjudicatário informará, por escrito, o nome do responsável, indicando a sua qualificação técnica e, ainda, se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico legal.
5. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos serviços poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável.
6. O adjudicatário deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de um telemóvel, facultando o respetivo número à **Águas do Norte, S.A.**.
7. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis para o estabelecimento de comunicação compatível entre a **Águas do Norte, S.A.** e o adjudicatário. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.

#### Cláusula 25.<sup>a</sup>

##### (Seguros e Encargos Sociais)

- I. Seguro de Responsabilidade Civil
  - a) O adjudicatário subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à **Águas do Norte, S.A.** em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;

- b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a entidade adjudicante será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
  - c) O Adjudicatário é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
2. Seguro de Acidentes de Trabalho
- a) O Adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal;
  - b) O Adjudicatário obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.
3. O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na Aquisição de serviço, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas.
4. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.
5. A **Águas do Norte, S.A.** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

## Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

### Cláusula 26.<sup>a</sup>

#### (Penalidades contratuais)

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a **Águas do Norte, S.A.** pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, de 2% (dois por cento), nos termos do previsto na alínea d) do n.º 5.1. da cláusula 5.ª do preço contratual por cada dia de atraso;
  - b) Pelo incumprimento das características dos bens objeto do presente contrato, nos termos da cláusula 8.ª, de 5% (cinco por cento) do respetivo preço unitário;
  - c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, de 1% (um por cento) do preço contratual;
  - d) Pelo incumprimento do disposto no ponto 6 da alínea a) do n.º 5.1 da cláusula 5.ª, 0,5 (zero virgula cinco por cento) do preço contratual, por cada hora de atraso;
  - e) Pelo incumprimento de alguma outra das obrigações principais constantes da cláusula 5.ª deste Caderno de Encargos, 2% (dois por cento) do preço contratual;
  - f) Pelo incumprimento de alguma das obrigações complementares constantes da cláusula 6.ª deste Caderno de Encargos, 2% (dois por cento) do preço contratual;
2. A aplicação das sanções pecuniárias previstas no número anterior não pode exceder o valor acumulado de 20% do preço contratual.
  3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a **Águas do Norte, S.A.** pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
  4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo das alíneas previstas no n.º I, que tenham determinado a respetiva resolução.
  5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **Águas do Norte, S.A.** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
  6. A **Águas do Norte, S.A.** pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, sem prejuízo da possibilidade, alternativa ou combinada, da mobilização das garantias prestadas.
  7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a **Águas do Norte, S.A.** exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

#### **(Força maior)**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

##### **(Resolução por parte da Águas do Norte, S.A.)**

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a **Águas do Norte, S.A.** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
  - a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a 10 dias ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
  - b) Mora no cumprimento de qualquer uma das obrigações principais previstas no presente contrato e da qual resulte perda ou deterioração do bem entregue ou a entregar ou prejudicado o resultado pretendido obter.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela **Águas do Norte, S.A.**.

#### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

##### **(Incumprimento imputável à Águas do Norte, S.A.)**

- I. Se a **Águas do Norte, S.A.** praticar ou der causa a facto de onde resulte maior dificuldade na execução do contrato, com agravamento dos encargos respetivos, o adjudicatário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos e com os efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 282.º do CCP, que constitui disciplina do presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 30.<sup>a</sup>**

##### **(Responsabilidades)**

- I. O adjudicatário é responsável por todos os danos causados às e nas instalações da **Águas do Norte, S.A.**, a título culposo ou objetivo, que resultem causalmente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b), do n.º I, do artigo 296.º do *Código dos Contratos Públicos*.

## **Capítulo IV - Resolução de litígios**

#### **Cláusula 31.<sup>a</sup>**

##### **(Foro competente)**

- I. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo V - Disposições Finais**

#### **Cláusula 32.<sup>a</sup>**

##### **(Regulamentos dos fornecedores)**

- I. O Regulamento dos Fornecedoros da **Águas do Norte, S.A.** disponível no site da **Águas do Norte, S.A.** <http://www.adnorte.pt/index.php?id=109> deverá ser integralmente cumprido. Neste Regulamento consta a documentação que deverá ser apresentada, antes de início dos trabalhos e na sua execução.

#### **Cláusula 33.<sup>a</sup>**

##### **(Cessão da posição contratual e Subcontratação)**

- I. A **Águas do Norte, S.A.** pode, a todo o tempo, e mediante mera notificação escrita ao adjudicatário, ceder a sua posição contratual.

2. A cessão e a subcontratação pelo adjudicatário carece de autorização prévia e escrita da **Águas do Norte, S.A.**, sendo admitida nos termos dos artigos do Capítulo VI do CCP.
3. Verificando-se o incumprimento, pelo adjudicatário das suas obrigações assumidas com a celebração do contrato, que preencham os requisitos da resolução do contrato, a **Águas do Norte, S.A.** pode, em alternativa à resolução do contrato, ordenar a cedência da posição contratual do adjudicatário ao(s) concorrente(s) do procedimento pré-contratual que precedeu a celebração do contrato em execução, pela ordem sequencial daquele procedimento.
4. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a **Águas do Norte, S.A.** interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos serviços.
5. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
6. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da **Águas do Norte, S.A.**, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
7. Os direitos e obrigações da **Águas do Norte, S.A.**, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
8. As obrigações assumidas pelo adjudicatário depois da notificação referida no n.º 6 desta cláusula apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
9. A caução e as garantias prestadas pelo cedente são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas 6 (seis) meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela **Águas do Norte, S.A.** aos respetivos depositários ou emitentes.
10. A posição contratual do cedente nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.



#### **Cláusula 34.<sup>a</sup>**

##### **(Comunicações e notificações)**

- I. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do *Código dos Contratos Públicos*, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 35.<sup>a</sup>**

##### **(Contagem dos prazos)**

- I. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 36.<sup>a</sup>**

##### **(Legislação aplicável)**

- I. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

# CLÁUSULAS ESPECIAIS

## Cláusula 37.<sup>a</sup>

### 1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

---

#### 1.1. Objeto da Contratação

Aquisição de serviço de proteção de dados contra cyber ataques – cofre digital em modelo AaS.

#### 1.2. Enquadramento

As Águas do Norte (doravante **Águas do Norte, S.A.**) pretende a adjudicação, como serviço, de uma solução de proteção contra ciber incidentes, integrada ao nível de software, hardware e análise de vectores de ataque, que permita endereçar as seguintes necessidades, cumprindo na íntegra com os requisitos técnicos identificados:

- **Solução cofre digital de Recuperação contra Ciber Ataques:**
  - Por forma a retirar partido da solução de proteção de dados existente e uma maior racionalização de custos e recursos, a solução deverá permitir a total integração com a solução de proteção de dados do datacenter em produção, permitindo um mecanismo de replicação nativa entre a solução a propor para o Datacenter Central e a solução a propor para o cofre;
  - Como o controlo e gestão da solução de ciberproteção deverá ser feito a partir do cofre, mantendo o isolamento lógico da rede de produção, a replicação deverá ser feita por mecanismos nativos entre o repositório de dados da solução de proteção de dados do Datacenter Central e o repositório do cofre, sem qualquer orientação ou conhecimento do software de proteção de dados do lado da produção;
  - A solução deve combinar os benefícios do isolamento e da continuidade de negócios, minimizar o impacto de um ciberataque e fornecer uma maior

probabilidade de sucesso na recuperação de sistemas críticos, alinhado às práticas descritas pelo Instituto Nacional de Segurança e Tecnologia (NIST);

- Garantir automação e fluxo de trabalho para 14 cópias “Gold” dos dados mais críticos da **Águas do Norte, S.A.**, para um segundo repositório neste cofre digital, o qual tem de replicar nativamente com a solução repositório de dados do Datacenter Central, para que os processos de negócios possam ser retomados após um ataque destrutivo.
- O processo de deteção deverá incidir sobre os vetores de ataque utilizados pelas ferramentas de malware, ransomware e criptoware, sem necessidade de recurso exclusivo a deteção de assinatura maliciosa, que obriga a uma atualização constante da solução para manter o sucesso dos índices de deteção de código malicioso.

- **Licenciamento da solução cofre digital de proteção de dados:**

- O licenciamento da solução de proteção de dados a propor deverá permitir à **Águas do Norte, S.A.** acomodar as suas necessidades de proteção de dados, bem como continuar a garantir o seu crescimento de forma fácil e transparente. O licenciamento a propor deverá ter em consideração os elevados requisitos de Recovery Point Objective e Recovery Time Objective das aplicações críticas, bem como a garantia de recuperabilidade dos dados armazenados na solução de proteção de dados.
- Pretende-se a aquisição de um licenciamento totalmente flexível por forma a permitir um melhor enquadramento na realidade da infraestrutura do **Águas do Norte, S.A.**, nomeadamente ao suporte da infraestrutura de virtualização:
  - Licenciamento ilimitado do repositório de dados em termos de volume de dados a proteger, número de máquinas (físicos e/ou virtuais), independentemente do sistema operativo e/ou hipervisor, bem como a número de aplicações a proteger;
  - Licenciamento para 44TB de frontend da componente software de análise de dados do cofre digital
  - O licenciamento deverá permitir acomodar tanto as necessidades de backup, como de replicação, monitorização, analítica e pesquisa de metadados.
  - A solução a propor deverá permitir a réplica dos dados existentes no repositório de Dados do datacenter produção, para o cofre digital, com

recurso e mecanismos nativos de replicação entre este repositório de Dados do datacenter produção e o repositório de dados do cofre digital, sem recurso a restore, criação de 2ª cópia, rehidratação ou qualquer tipo de alteração dos dados atualmente armazenados.

### 1.3. Especificações Técnicas

#### 1. Aquisição de uma nova plataforma integrada para proteção contra ciber incidentes

Deverá ser proposta uma plataforma totalmente integrada ao nível de software, hardware e analítica de vectores de ataque, que ofereça uma solução de proteção de dados, capaz de permitir à **Águas do Norte, S.A.** acomodar as necessidades de proteção dos volumes de dados atuais mais críticos e respetivas taxas de crescimento, que contemple os seguintes requisitos mínimos:

- a) Capacidade de proteção de dados mais críticos, em estado imutável, a disponibilizar 44TBu de espaço, antes de deduplicação e compressão.
- b) Capacidade do repositório de dados, de performance e escalabilidade necessárias para assegurar proteção de investimento e futuras necessidades:
  - Capacidade de escrita correspondente a até pelo menos 33TB/hora
  - Capacidade de armazenamento
    - 44TB úteis de capacidade útil
  - Capacidade de expansão, sem recursos a troca de controlador de até pelo menos 288TB úteis, excluindo efeitos de deduplicação e/ou compressão;
  - Suporte para protocolos NFS/CIFS e OpenStorage (e em simultâneo se necessário);
- c) O repositório de proteção de dados deverá permitir a realização das diversas operações de backup, recuperação, replicação, sem necessidade de interrupção ou janela dedicada para as tarefas de manutenção do repositório;
- d) A solução deverá fornecer e incluir todo o software necessário ao funcionamento da mesma, incluindo a capacidade de exportar dados para a cloud (pública e/ou privada);
- e) A solução deverá ser fornecida sem limites de clientes e/ou agentes aplicativos;
- f) No sentido de garantir a mínima integridade dos dados armazenados, a solução deverá contemplar ao nível do repositório de dados os seguintes níveis mínimos de redundância e validação:

- Fontes de alimentação redundantes
  - Proteção de disco de dupla paridade (RAID6)
  - Mecanismo de verificação de integridade dos dados durante a escrita
- g) A solução deverá ainda ser fornecida em formato PBBA (Purpose-Built Backup Appliance), ou seja, ter um conjunto de características diferenciadoras dos restantes dispositivos appliances e storage arrays tradicionais, onde se destaca:
- Serem capazes de armazenar especificamente dados de backup no formato do software de backup, sendo impraticável o uso dos dados para outros propósitos;
  - Implementação de elevadas taxas de deduplicação (normalmente 10:1 ou mais), sendo impraticável o uso dos dados para outras tarefas que não recuperações;
  - Permitir a replicação de dados em elevada eficiência (maioritariamente devido à deduplicação dos dados) por forma a facilitar backups rápidos a partir de localizações remotas;
  - Fornecer tradução de protocolo (p.e. S3, OpenStack) para transferência de dados para repositórios de cloud (“cloud tiering”).

**Nota: Os itens indicados neste ponto estão de acordo com os critérios considerados relevantes pela entidade independente Gartner Group.**

Pretende-se que a tecnologia de cyberprotection (cofre digital) implementado suporte os seguintes conceitos, na sua implementação, operacionalidade e gestão:

- a) Pretende-se proteger até 14 cópias da informação protegida no Datacenter Central (incluído a informação das delegações), em que pelo menos 50% serão “Gold”, saudáveis para recuperação a partir de um ciber-incidente;
- b) Por forma a reduzir a superfície de ataque, a solução deverá recorrer a um isolamento lógico (do tipo air-gap) do cofre, desligado da rede face à produção, gerido a partir do próprio cofre e com acesso restrito apenas a utilizadores com as devidas credenciais de acesso ao cofre;
- c) Transferência de dados protegida por handshake digital, encriptação do link de replicação e dos dados a sincronizar;
- d) Proteger as cópias sincronizadas através de um mecanismo de retenção certificado, que garanta a imutabilidade dos dados protegidos no cofre;

- e) Analítica integrada que permita a análise periódica dos dados contidos no formato nativo de backup, sem necessidade de “restores” e a procura de indicadores de comprometimento da informação;
- f) A analítica deverá efetuar a análise dos dados com recurso a indexação total de conteúdos, dentro do cofre, sem qualquer recurso ou ligação ao exterior;
- g) Gestão baseada em políticas e automatização dos workflows de proteção;
- h) A solução a propor deverá incluir toda a infraestrutura necessária ao regular funcionamento do cofre, incluindo, mas não se limitando a: computação, armazenamento, ativos de rede e de segurança, todo o software e licenciamento necessário à análise dos dados a proteger no cofre.
- i) A solução deverá ainda contemplar todos os serviços de implementação da solução de ciberproteção, bem como a realização de testes que permitam aferir o sucesso de implementação da mesma, de acordo com os requisitos a definir entre a **Águas do Norte, S.A.** e o proponente da solução

## 2. MAPA DE QUANTIDADES

A solução de Recuperação contra Ciber Ataques deverá ser instalada no Datacenter da **Águas do Norte, S.A.** em Barcelos de acordo com o seguinte mapa de quantidades:

Descrição	2023	2024	2025	2026	2027
Repositório de Backups	1	1	1	1	1
Capacidade Util (TB)	44	44	44	44	44
Subscrição de Software de Analítica	44	44	44	44	44
Servidores Vault	2	2	2	2	2
Servidores Analítica	1	1	1	1	1
LAN Switchs	2	2	2	2	2

### 3. SERVIÇOS

---

#### 3.1. Serviços de Manutenção

Os serviços de Suporte e Manutenção deverão ser prestados pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos de acordo com os seguintes requisitos:

- i) O Adjudicatário deverá prestar à **Águas do Norte, S.A.** os serviços de manutenção do sistema fornecido ao abrigo do presente contrato, que incluem:
  1. Manutenção preventiva dos bens fornecidos, que poderá ser feita remotamente, com a regularidade necessária para reduzir os riscos de avaria do equipamento ou de degradação do serviço prestado, de forma a garantir, durante a vigência do contrato, que as respetivas características e desempenho mantém um nível semelhante ao especificado pelo fabricante;
  2. Manutenção corretiva a realizar pelo fabricante com a finalidade de repor o equipamento em condições normais de funcionamento sempre que se detetem problemas ou anomalias ou que ocorram avarias, incluindo a substituição de qualquer componente físico, fixo ou móvel, dos bens fornecidos, quer tais problemas, anomalias ou avarias resultem, ou não, de desgaste;
  3. Todas as deslocações e mão-de-obra no local onde os bens se encontram instalados, dos técnicos ao seu serviço no âmbito do presente contrato, incluindo os do fabricante do equipamento;
  4. Ligação *online* ao fabricante dos bens, a implementar sobre conexão a disponibilizar pela **Águas do Norte, S.A.**, para comunicação de falhas de hardware, do tipo *call home* ou similar;
  5. Disponibilização e instalação das atualizações do *software* do fabricante dos bens, a realizar em articulação com a **Águas do Norte, S.A.**;
  6. Prestação de suporte ativo à **Águas do Norte, S.A.**, durante as 24 horas do dia e 7 dias por semana (24x7), com tempo máximo de resposta de 4 horas, via telefone em língua portuguesa, por técnicos certificados do fabricante ou através de portal na internet, para resolução de problemas de *hardware* e de *software*, nomeadamente problemas de performance ou deficiências no funcionamento;
  7. Disponibilização à **Águas do Norte, S.A.** de acesso ao portal do fabricante dos bens, para verificação de atualizações e submissão de *tickets* de suporte;

- j) Todo o *hardware* e cabos, acessórios e licenciamentos complementares a fornecer no âmbito dos serviços de manutenção deverá estar devidamente certificado para instalação no equipamento fornecido e estar incluído na respetiva matriz de compatibilidade do referido equipamento;
- k) Adicionalmente, estão incluídos no presente contrato todos os *upgrades* de versão do *software* fornecido que venham a ocorrer durante a sua vigência;
- l) O adjudicatário deverá proceder à entrega do equipamento à **Águas do Norte, S.A.** no prazo de 30 dias contados da data da assinatura do contrato;
- m) As obrigações vigorarão durante um período de 60 meses a contar da data da entrega, montagem e operacionalização do equipamento;
- n) Deverá ser apresentada uma declaração do fabricante, assinada pelo seu representante legal, em como tem conhecimento da solução apresentada pelo proponente, que a mesma foi validada e que cumpre com os requisitos técnicos da presente consulta;
- o) Deverá ser apresentada uma declaração do fabricante, assinada pelo seu representante legal, confirmando que os serviços de manutenção são prestados *on site* por técnicos certificados do fabricante, nativos ou fluentes em língua portuguesa.
- p) A manutenção preventiva da infraestrutura de hardware é fundamental para garantir o bom funcionamento da solução. Nesse sentido, é necessário que sejam realizadas inspeções\manutenções regulares, e que sejam recomendadas medidas de segurança, melhorias ao desempenho da solução ou outro tipo de recomendações. As atividades devem ser realizadas por profissionais capacitados, podendo ser em regime remoto e ou presencial conforme solicitação da **Águas do Norte, S.A.** e refletidas num relatório mensal e enviar por email.

### 3.2. Serviços de Implementação e Configuração

- a) O concorrente deverá nomear um gestor de projeto que será responsável pela coordenação de todos os trabalhos de instalação e migração de dados bem como de solucionar qualquer tipo de questões logísticas, técnicas ou humanas que possam surgir e que tenham impacto no sucesso do projeto;
- b) Toda a instalação física, configuração, integração na infraestrutura, bem como a atualização de todos os componentes fornecidos ou necessários ao bom funcionamento serão da responsabilidade do concorrente;
- c) Pretende-se uma implementação do tipo chave na mão;



- d) Todos os trabalhos serão acompanhados por uma equipa da **Águas do Norte, S.A.** que deverá ser devidamente formada na plataforma implementada;
- e) Os serviços de instalação e configuração deverão ser prestados por técnicos certificados do fabricante, nativos ou fluentes em língua portuguesa;
- f) O concorrente deverá proceder à montagem e operacionalização do equipamento, incluindo migração de dados, à **Águas do Norte, S.A.** no prazo máximo de 60 dias contados da data da assinatura do contrato;
- g) Todas as operações que possam trazer disrupção ao normal funcionamento da função informática, deverão ser agendadas para fora do horário normal de funcionamento ou seja, entre as 20h e as 08h do dia seguinte, ou ao fim de semana devendo para isso ser informada a **Águas do Norte, S.A.** com pelo menos 48h de antecedência. A **Águas do Norte, S.A.** pode ainda solicitar novo agendamento se daí surgirem graves prejuízos ao seu negócio ou riscos elevados devido a fatores externos;
- h) O equipamento deverá ser instalado no *Datacenter* da **Águas do Norte, S.A.** em *rack standard* de 19”, localizado em Barcelos;
- i) O equipamento deverá suportar ligações do standard IEC 60320 de 32 Amperes ligadas a fases distintas para alta disponibilidade;
- j) Os serviços de implementação deverão incluir:
  - a. Instalação física, configuração de volumes, configuração de jobs de replicação e implementação da solução de analítica;
  - b. Testes de replicação e recuperação;
  - c. Integração com o ambiente existente na **Águas do Norte, S.A.**..

### 3.3. Serviços de Apoio à Recuperação em caso de Ciber-Ataque

- a) Deverá ser proposto um serviço de Apoio à Recuperação em caso de Ciber-Ataque;
- b) O serviço de Apoio à recuperação em caso de Ciber-Ataque pretende endereçar as seguintes áreas:
  - a. Avaliar o estado atual e capacidade de recuperação de incidentes da **Águas do Norte, S.A.**;
  - b. Revisão dos planos de recuperação existentes, redes, infraestrutura e processos de backup;
  - c. Preparação de um Resumo de Avaliação e Planeamento;

- d. Elaboração de Relatório para fornecer um roteiro para mitigação de incidentes e ações de recuperação;
- c) O serviço de apoio à recuperação em caso de Ciber-Ataque deverá ser assegurado remotamente ou on site por uma equipa especializada com recursos do fabricante da solução de proteção de dados contra ciber-ataques;
- d) Deverá ser disponibilizado um meio de contacto permanente, através de mail e telefone, para ativação dos serviços de Apoio à recuperação em caso de desastre;
- e) Deverá ser cumprido o seguinte nível de serviço: 2 horas de tempo de resposta e planeamento de atividades, 6 horas para início do diagnóstico e início dos trabalhos remotamente, 24 horas para início dos trabalhos on-site;
- f) Deverá nomear um gestor de projeto que será responsável pela coordenação de todos os trabalhos de Recuperação;
- g) O serviço de Apoio à recuperação em caso de Ciber-Ataque deve incluir 3 Fases distintas de recuperação, designadamente:
  - a. Fase 1 - Detecção e Resposta a Ameaças: inclui ações de Análise e mitigação de ameaças, identificação de redes e serviços alternativos, restabelecimento de funções nucleares de negócio;
  - b. Fase 2 – Reconstrução: Reconstrução de rede e endpoints, decifração e recuperação de dados, incrementar a segurança da rede, implementação de monitorização da rede, preservação dos dados críticos;
  - c. Fase 3 – Estabilização: definição de boas práticas, Proteção avançada contra ameaças, monitorização 24x7, Revisão de rotinas de segurança;
- h) O serviço deve incluir pelo menos 20 horas de serviço de consultoria para recuperação em caso de ciber-ataque;
- i) O serviço deverá ter a validade de 1 ano, sendo que as horas não gastas em ações corretivas poderão ser usadas para:
  - a. Planeamento de Recuperação de Desastres;
  - b. Planeamento e implementação de patches;
  - c. Hardening de sistemas operativos;
  - d. Serviços forenses;
  - e. Planeamento de recuperação de incidentes;
  - f. Ações de melhoria de políticas de cibersegurança;
  - g. Avaliações de vulnerabilidades;
  - h. Teste

### 3.4 Equipa

Os serviços de implementação devem ser assegurados por técnicos certificados do fabricante, tendo no mínimo as seguintes certificações:

- a) PowerProtect Cyber Recovery (DC) Expert - Technology Architect, Backup Recovery Solutions Version 6.0 (DCE-TA)
- b) Implementation Engineer, Backup Recovery - Avamar Specialist Version 6.0 (EMCIE)
- c) Specialist - Implementation Engineer, Avamar Version 7.0 (DCS-IE)
- d) Specialist - Implementation Engineer, Data Domain Version 1.0 (DCS-IE)

Deverá ser apresentada uma declaração do fabricante, assinada pelo seu representante legal, identificando os recursos atribuídos e as suas certificações.

## ANEXO I

### ACORDO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS EM SUBCONTRATAÇÃO

Entre:

Águas do Norte, S.A., sociedade anónima, com sede na Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A, com matrícula na Conservatória de Registo Comercial e de identificação de pessoa coletiva número 513606084, com o capital social subscrito 111.061.732,00 EUR (cento e onze milhões, sessenta e um mil, setecentos e trinta e dois euros), aqui representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de xxxxxxxxxxxx do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários de representação, como Primeira Outorgante

e

(Nome da pessoa singular/coletiva), (dados de identificação da pessoa singular - nome, morada, cartão de cidadão ou BI, número fiscal) ou da pessoa coletiva (sede, registo comercial, representada por), adiante designado por “Subcontratado”,

É celebrado o presente contrato de subcontratação de tratamento de dados pessoais, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 28.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre Proteção de Dados ou RGPD), corrigido pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, L119 de 4 de maio de 2016 e pela Retificação do Conselho da União Europeia de 12 de Outubro de 2020, e considerada, ainda, a Lei 58/2019, de 8 de Agosto, que executa o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados na ordem jurídica portuguesa, o qual se regerá nos termos e de acordo com as cláusulas seguintes:

## **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

### **Objeto e âmbito de aplicação**

1. O presente contrato vincula o Subcontratado à Águas do Norte, S.A. e estabelece, entre outras, o objeto e a duração do tratamento de dados, a relação entre a Águas do Norte, S.A. e o Subcontratado, a contratação de outro subcontratado, as medidas de segurança e as cláusulas de confidencialidade inerentes ao tratamento de dados, assim como as transferências de dados e a gestão de incidentes.
2. O contrato de tratamento de dados pessoais em subcontratação será exclusivamente aplicável ao tratamento de dados pessoais subsumível à legislação sobre proteção de dados da União Europeia e complementa e faz parte integrante do contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes e tem por objeto *(inserir descrição dos serviços em causa)*.
3. Termos como “Dados pessoais”, “Tratamento”, “Responsável pelo Tratamento” e “Subcontratado”, têm o significado que consta do artigo 4.º do RGPD e ainda dos esclarecimentos que constam das deliberações do Grupo de Trabalho do artigo 29.º e do Comité Europeu da Proteção de Dados caso em que passarão igualmente a fazer do presente contrato no que respeita à concretização dos termos aqui mencionados.

## **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

### **Duração do presente acordo**

1. O presente acordo de tratamento de dados pessoais em regime de subcontratação vigorará enquanto se mantiver em vigor o contrato de prestação de serviços entre a Águas do Norte, S.A. e o Subcontratado ou até tais dados serem apagados ou devolvidos, por instrução daquela.
2. O acordo de tratamento de dados pessoais em subcontratação em apreço terminará com efeitos imediatos caso cesse o contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, por qualquer forma de cessação dos contratos, seja por resolução, caducidade, revogação ou denúncia, exceto se existirem instruções em contrário da Águas do Norte, S.A.

## **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

### **Da relação entre a Águas do Norte, S.A. e o Subcontratado**

1. Quando o tratamento dos dados for efetuado por sua conta, a Águas do Norte, S.A. recorre apenas a subcontratados que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos do RGPD e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados.
2. Compete à Águas do Norte, S.A. determinar o âmbito, finalidades e forma pela qual o Subcontratado poderá aceder ou proceder ao tratamento dos dados pessoais.

3. O Subcontratado tratará os dados pessoais somente em conformidade com as instruções documentadas que lhe forem fornecidas pela Águas do Norte, S.A., as quais se enquadram no âmbito das previsões do contrato em apreço, nelas se incluindo o que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, caso em que informará a Águas do Norte, S.A. desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.
4. O Subcontratado notificará por escrito a Águas do Norte, S.A., e fundamentará, caso entenda que uma instrução que receba infringe o RGPD ou outra legislação nacional ou da União relativa à proteção de dados.
5. Sem prejuízo do quadro sancionatório dos artigos 82.º e seguintes, o subcontratado que, em violação do RGPD, determine as finalidades e os meios de tratamento, é considerado responsável pelo tratamento no que respeita ao tratamento em questão.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Da contratação de outro subcontratado**

1. O Subcontratado apenas contrata outro subcontratado quando a Águas do Norte, S.A. tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral para esse efeito.
2. A Águas do Norte, S.A. concede, pelo presente, autorização geral para subcontratação dos serviços de tratamento de dados, pelo que deve ser notificada de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratados, dando assim à Águas do Norte, S.A. a oportunidade de se opor a tais alterações, caso entenda fazê-lo.
3. Caso o Subcontratado contrate outro subcontratado para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da Águas do Norte, S.A., deverão ser impostas a esse outro subcontratado, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou da legislação nacional, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas neste contrato.
4. Em particular, deverá o outro subcontratado apresentar garantias de que possui os conhecimentos especializados, fiabilidade e recursos suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma que o tratamento seja conforme com os requisitos impostos pelo RGPD.
5. Caso esse outro subcontratado não cumpra as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o Subcontratado que é parte neste contrato continua a ser plenamente responsável, perante a Águas do Norte, S.A., pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratado.

## **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

### **Das garantias de segurança do tratamento**

1. As partes assumiram o presente vínculo jurídico reconhecendo a Águas do Norte, S.A. as competências técnicas e de segurança do Subcontratado e este a possibilidade de delas dispor e poder implementar, a fim de ser levado a cabo o tratamento de dados pessoais para as finalidades definidas pela Águas do Norte, S.A.
2. A Águas do Norte, S.A. e o Subcontratado deverão, assim, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares, aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, incluindo, consoante o que for adequado, nomeadamente e sem excluir outra ou outras que o tratamento exija ou venha a exigir:
  - a) A pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais;
  - b) A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - c) A capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;
  - d) Um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
  - e) Medidas para assegurarem que o acesso aos dados pessoais é restrito ao pessoal autorizado e que este pessoal recebeu formação em matéria de proteção de dados;
  - f) O cumprimento de um código de conduta aprovado conforme referido no artigo 40.º ou de um procedimento de certificação aprovado conforme referido no artigo 42.º, ambos do RGPD, pode ser utilizado como elemento para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas no n.º 1 do artigo 32º, também do RGPD.
3. Ao avaliar o nível de segurança adequado devem ser considerados, designadamente, os riscos apresentados pelo tratamento, em particular devido à destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, e à divulgação ou ao acesso não autorizados, de dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.
4. Fica ao critério do Subcontratado nos termos do presente acordo, a seleção das medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco.
5. A Águas do Norte, S.A. e o Subcontratado implementaram medidas que garantem que qualquer pessoa singular que tenha acesso a dados pessoais e agindo sob a autoridade da Águas do Norte, S.A. ou do Subcontratado, só procede ao seu tratamento mediante instruções daquela, exceto se tal lhe for exigido pelo direito da União Europeia ou pela legislação nacional.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

#### **Do aperfeiçoamento das medidas de segurança**

1. As partes reconhecem que os requisitos de segurança do tratamento de dados se encontram em permanente mudança e que uma segurança eficaz requer frequente avaliação, pelo que o Subcontratado deverá avaliar continuamente as medidas implementadas referidas na cláusula 5.<sup>a</sup>, n.º 2, e considerá-las um processo em constante evolução, devendo, nomeadamente, aperfeiçoar e complementar estas medidas a fim de manter a conformidade com esses requisitos.

### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

#### **Da legitimidade da Águas do Norte, S.A.**

1. Pelo presente contrato a Águas do Norte, S.A. assegura ter legitimidade e base legal para fornecer os dados pessoais ao Subcontratado, para que este possa proceder ao seu tratamento.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### **Da confidencialidade**

1. O Subcontratado deve assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
2. Para os fins previstos no número anterior, e sem prejuízo de disposições contratuais existentes entre as partes, o Subcontratado deverá informar da natureza confidencial desses mesmos dados pessoais a todos os seus funcionários, colaboradores, agentes e/ou outros subcontratados (estes quando contratados nos termos da cláusula 4.<sup>a</sup>) e que estejam envolvidos no tratamento de dados pessoais.
3. O fim do presente contrato de tratamento de dados pessoais em subcontratação não exonera o Subcontratado ou outros subcontratados do seu dever de confidencialidade, o qual se mantém sem limite temporal.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Transferências de Dados**

1. O Subcontratado deverá imediatamente notificar a Águas do Norte, S.A. de quaisquer transferências temporárias ou permanentes de dados pessoais para país fora do EEE - Espaço Económico Europeu - que não apresente um nível adequado de proteção.



2. As transferências internacionais de dados para países terceiros apenas deverão ser efetuadas após a obtenção de autorização da Águas do Norte, S.A., que poderá recusá-la na medida do seu critério.
3. Caso a Águas do Norte, S.A. ou o Subcontratado promovam a transferência transfronteiriça de dados por meio de um mecanismo legal que seja subsequentemente modificado, revogado ou declarado inválido por uma jurisdição competente, a Águas do Norte, S.A. e o Subcontratado acordam em cooperar de boa-fé no sentido de que a transferência seja concluída ou seja adotado um mecanismo alternativo adequado que permita fundamentar a legalidade da mesma.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Da assistência à Águas do Norte, S.A.**

1. O Subcontratado, na medida do possível e tomando em conta a natureza do tratamento, presta assistência à Águas do Norte, S.A. através de medidas técnicas e organizativas adequadas, permitindo que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos previstos no capítulo III do RGPD, a saber, os direitos de acesso, retificação, cancelamento, oposição, portabilidade e limitação do tratamento.
2. O Subcontratado deve ainda prestar assistência ao Responsável pelo Tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das seguintes obrigações, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor:
  - a) Notificação de uma violação de dados à autoridade de controlo;
  - b) Comunicação de uma violação de dados pessoais ao titular de dados;
  - c) Realização da avaliação de impacto sobre a proteção de dados;
  - d) Obrigação de consulta prévia decorrente da avaliação de impacto.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Do destino dos dados finda a prestação de serviços**

1. De harmonia com o critério ou escolha da Águas do Norte, S.A., o Subcontratado apaga ou devolve-lhe todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros.
2. O Subcontratado deverá notificar todos os outros subcontratados do fim do presente contrato e assegurar que esses outros subcontratados destroem ou devolvem os dados pessoais à Águas do Norte, S.A., de harmonia com o critério ou opção que esta venha a tomar.

## **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

### **Auditorias**

- I. O Subcontratado deve facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela Águas do Norte, S.A. ou por outro auditor por esta mandatado para o efeito.

## **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

### **Gestão de incidentes**

- I. No caso de o Subcontratado tomar conhecimento de incidente que afete o tratamento de dados pessoais deverá prontamente notificar a Águas do Norte, S.A. desse facto, com ela cooperar e seguir as suas instruções relativas a tais incidentes, de modo a permitir-lhe executar uma investigação aprofundada do incidente e responder-lhe corretivamente tomando as medidas adequadas.
2. Por “incidentes” deverá entender-se, nomeadamente:
  - a) Uma queixa ou pedido relativo ao exercício dos direitos dos titulares de dados, nos termos da cláusula 10.<sup>a</sup>, n.º I;
  - b) Uma investigação, sob a forma de auditorias, sobre a proteção de dados realizada pela autoridade de controlo, nos termos do artigo 58º, n.º I, alínea b);
  - c) Qualquer destruição, perda e alteração, accidental ou ilícita, e a divulgação ou o acesso, accidental ou ilícito, não autorizados, a dados pessoais transmitidos.

## **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

### **Da responsabilidade do Subcontratado**

- I. O Subcontratado deverá indemnizar a Águas do Norte, S.A. e assumir a responsabilidade em relação a qualquer queixa, procedimento, queixa de terceiros, perdas, danos e encargos em que a Águas do Norte, S.A. incorra e que decorram, direta ou indiretamente, de violações do presente contrato e/ou legislação de proteção de dados aplicável, imputáveis ao Subcontratado.

## **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

### **Entrada em vigor**

- I. O presente contrato de tratamento de dados pessoais em subcontratação entre a Águas do Norte, S.A. e o Subcontratado vigorará a partir de *(indicar data)*.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Conflitos**

- I. Na eventualidade de existir um conflito entre o contrato de prestação de serviços e o presente acordo, este deverá prevalecer sobre o primeiro.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Lei do contrato**

- I. O presente contrato rege-se pela lei portuguesa e pelas normas europeias diretamente aplicáveis.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Foro**

- I. Na emergência de um litígio relativo à execução ou interpretação do presente acordo, as partes indicam como foro competente o indicado no contrato de serviço ou, caso este seja omissivo, o tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Celebrado em \_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, constando de dois exemplares, ficando cada uma das partes fica na posse de um exemplar,

Assinam

**Pela Águas do Norte, S.A.**

---

  

---

**Pelo Subcontratado**

---

## ANEXO I.a

### DESCRIÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

#### 1. Finalidades

O Subcontratado realiza, por conta da **Águas do Norte, S.A.**, atividades de tratamento de dados pessoais, com as seguintes finalidades:

*“Aquisição de serviço de proteção de dados contra cyber ataques – cofre digital para a **Águas do Norte, S.A.**”.*

#### 2. Categorias de Dados Pessoais

Os dados pessoais tratados dizem respeito às seguintes categorias de dados:

- Nome;
- Número de Identificação Fiscal
- Dados Cartão Cidadão
- Número de Identificação Bancária
- Salários
- Função e Categoria Profissional;
- Horários de Trabalho;
- Género;
- Local de Trabalho;
- Local de Residência
- Contato Telefónico;
- Endereço de Email
- Dados Fiscais **Águas do Norte, S.A.**
- Dados Bancários **Águas do Norte, S.A.**

#### 3. Categorias de Titulares de Dados

Os dados pessoais tratados dizem respeito às seguintes categorias de titulares:

- Trabalhadores/Colaboradores da **Águas do Norte, S.A.**
- Empresa **Águas do Norte, S.A.**

#### 4. Contacto

A XXXXXXXXXX nomeou uma Encarregada da Proteção de Dados que poderá ser contactada através de [dpo.adnorte@ADP.PT](mailto:dpo.adnorte@ADP.PT)

## ANEXO II

### ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

Entre:

Águas do Norte, S.A., sociedade anónima, com sede na Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A, com matrícula na Conservatória de Registo Comercial e de identificação de pessoa coletiva número 513606084, com o capital social subscrito 111.061.732,00 EUR (cento e onze milhões, sessenta e um mil, setecentos e trinta e dois euros), aqui representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de xxxxxxxxxxxx do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários de representação, como Primeira Outorgante

e

(Nome da pessoa singular/coletiva), (dados de identificação da pessoa singular - nome, morada, cartão de cidadão ou BI, número fiscal) ou da pessoa coletiva (sede, registo comercial, representada por), adiante designado por “Subcontratado”,

Considerando:

- Os contactos iniciados pelas partes com a finalidade de desenvolver (nomeadamente, projetos, acesso remotos, ideias, auditorias, etc.);
- A necessidade, neste contexto, de troca de informações entre as partes, que assumem natureza reservada;
- Que tais informações constituem ativos críticos das respetivas partes, com valor próprio e independente da celebração futura de qualquer instrumento de colaboração entre si ou entre cada uma e quaisquer terceiros;

As partes celebram o presente **ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE**, submetido às seguintes cláusulas:

## **Cláusula Primeira**

### **(Objeto)**

- 1.1 O presente acordo tem por objeto garantir a confidencialidade e proteção da informação classificada como protegida, confidencial ou outra de igual significado, trocada entre as partes com a exclusiva finalidade fixada infra, na Cláusula Segunda.
- 1.2 Por informação protegida ou confidencial, adiante designada globalmente por “Informação”, entende-se toda a informação que, independentemente do suporte utilizado, conste ou se refira a:
- qualquer informação, elemento material ou tipos de documentos apresentados pela Primeira Outorgante relativos a este Acordo ou às suas atividades, ou na sua carteira de clientes, incluindo informações financeiras, operações, política de estratégia e procedimentos de negociação ou medidas internas, bem como informações sobre os produtos, representantes, relacionamento com fornecedores ou parceiros comerciais ou de negócios, segredos comerciais, *know-how*, estratégias e perspetivas de negócios;
  - qualquer informação, material, manuais e livros ou documentos enviados pela Primeira Outorgante ou obtidas pelo Segundo Outorgante durante as reuniões, discussões ou conversas formais com a Primeira Outorgante e/ou os seus representantes, colaboradores ou agentes que possam ser desenvolvidos e apresentados no decorrer dos serviços prestados à Primeira Outorgante;
  - qualquer rascunho, conceito, projeto, invenção, desenho, fotografia, esboço, diagrama, especificação, desenvolvimento, ideia artística, plano, comunicação, *software* e documentação relativa a programas de computador, registos, dados e bases de dados de qualquer natureza, gráficos, notas, modelos e amostras;
  - qualquer conhecimento obtido pelo Segundo Outorgante em consequência dos serviços prestados, bem como todos os tipos de informação sobre aspetos técnicos, financeiros, comerciais e/ou industriais, veiculados verbalmente, por escrito, em suporte magnético ou através de qualquer outro recurso telemático;
  - qualquer informação definida como dados pessoais no âmbito do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de Abril de 2016.
- 1.3 As partes designar-se-ão “parte emissora” e “parte recetora” de acordo com a qualidade assumida, no âmbito do intercâmbio de Informação a regular.

## **Cláusula Segunda**

### **(Finalidade e extensão da divulgação)**

- 2.1 A Informação é divulgada com a exclusiva finalidade de desenvolver projetos ou ideias, sendo que a terceira parte deve estar abrangida por um acordo desta natureza com quaisquer outras partes.



- 2.2 O Primeiro e o Segundo Outorgantes comprometem-se a não usar, divulgar ou ceder a qualquer título, em Portugal ou no estrangeiro, a informação divulgada da contraparte para qualquer outra finalidade distinta da estipulada em **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, salvo autorização expressa da parte emissora.
- 2.3 O Recetor deve proteger a informação divulgada pelo Emissor utilizando o mesmo grau de cuidado que usa para prevenir a disseminação e publicação não autorizada da sua própria informação.
- 2.4 O Recetor deve adotar todas as medidas necessárias para impedir o uso indevido da informação por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso e deve assegurar os meios adequados à prevenção do extravio ou perda da informação, comunicando sempre ao Emissor a ocorrência de incidentes desta natureza no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ainda que esta comunicação não exclua a sua responsabilidade.
- 2.5 A parte recetora obriga-se, finda a finalidade referida na cláusula segunda, a restituir qualquer cópia, excerto ou parte dos elementos da Informação referidos supra em **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, no prazo de 8 (oito) dias, mediante mera solicitação da parte emissora.

### Cláusula Terceira

#### (Confidencialidade)

- 3.1 O Segundo Outorgante concorda em não usar a Informação Confidencial em qualquer forma ou produzir ou testar qualquer produto que incorpore a Informação Confidencial, exceto para as finalidades autorizados pela Primeira Outorgante.
- 3.2 Os fins permitidos devem constituir um documento escrito preparado pela Primeira Outorgante, sendo incluídos num documento autónomo, exclusivo e relacionado apenas com as suas disposições.
- 3.3 O Segundo Outorgante será responsável, caso hajam dúvidas, por inquirir junto do Primeiro Outorgante sobre o conteúdo da referida autorização, cabendo apenas a este último a responsabilidade pela interpretação e esclarecimento de tais dúvidas.
- 3.4 O Segundo Outorgante deve, antes de iniciar qualquer divulgação permitida, obter dos seus colaboradores a quem a informação confidencial irá ser divulgada ou que possam de alguma forma obter acesso a qualquer Informação Confidencial, o mesmo grau de confidencialidade a que se obrigou com a Primeira Outorgante.

### Cláusula Quarta

#### (Divulgação a terceiros)

- 4.1 No caso de o Segundo Outorgante necessitar de assistência de qualquer outra parte que não os seus colaboradores, aos quais a divulgação de qualquer Informação Confidencial é

considerada necessária, deverá obter a aprovação por escrito da Primeira Outorgante da admissão desse terceiro e, posteriormente, com ele celebrar um acordo vinculativo da mesma forma em que o Segundo Outorgante está vinculado perante a Primeira Outorgante nos termos deste acordo.

### **Cláusula Quinta**

#### **(Informação não protegida)**

5.1 Não se considera abrangido pelo dever de confidencialidade qualquer elemento da Informação:

- Cujas divulgação tenha sido expressamente autorizada pelo(s) proprietário(s). Tal autorização deve ser solicitada pela parte recetora e concedida pela parte emissora ou pelo(s) proprietário(s) por escrito no prazo de 8 (oito) dias úteis, findos os quais, na ausência de resposta, se considera indeferida a autorização;
- Que até ao momento da divulgação tenha sido publicado, tornado público ou que, de outra forma não se possa ignorar como pertencente ao domínio público;
- Tornado público após a divulgação ou pertencente ao domínio público por motivo não imputável à parte recetora, a título de dolo ou negligência;
- Que a parte recetora possa provar conhecer, por exibição de suporte escrito, em momento prévio ao seu recebimento;
- Recebido pela parte recetora de terceiros sem dever de confidencialidade, desde que estes tenham o direito de fornecer essa informação e que a mesma não tenha sido obtida por estes direta ou indiretamente da parte emissora ou do(s) proprietário(s) sob condição de confidencialidade;
- Que a parte recetora seja obrigada, por lei ou decisão judicial, a divulgar, desde que a esta notifique imediatamente a parte emissora e coopere de forma razoável com os esforços empreendidos por esta para contestar ou limitar o âmbito de tal divulgação;
- Que seja desenvolvida de forma independente pelo recetor.

5.2 O ónus da prova de todas as exceções à obrigação de confidencialidade previstas em **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** recai sobre a parte recetora ou sobre os coproprietários.

### **Cláusula Sexta**

#### **(Propriedade e integridade da informação)**

6.1 A Informação é da primeira Outorgante se este for a parte emissora. Se a parte emissora for o segundo outorgante a Informação é pertencente ao segundo outorgante.

- 6.2 Todos os processos que envolvam venda da Informação, por parte do segundo outorgante (sendo este a parte emissora) a uma terceira entidade (não abrangida pela Primeira Outorgante), são feitos apenas entre o segundo outorgante e a terceira entidade, tendo em conta que ambas as partes devem assegurar que os custos associados ao desenvolvimento da ideia têm de ser cobertos na sua totalidade.
- 6.3 Quando a Primeira Outorgante se encontra na posse da Informação e é a entidade emissora, através do método descrito em **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, este vê-se na sua total liberdade para poder continuar a desenvolver a ideia.
- 6.4 O(s) proprietário(s) não garante(m), direta ou indiretamente, no âmbito do presente acordo, a proteção da Informação em sede, designadamente, de direitos de autor ou de propriedade industrial.

### **Cláusula Sétima**

#### **(Dever de notificação)**

- 7.1 O Segundo Outorgante deve imediatamente notificar por escrito a Primeira Outorgante sobre qualquer violação ou ameaça de violação das disposições do presente Acordo da qual tome conhecimento, causada por si, seus colaboradores, ex-colaboradores e/ou qualquer terceiro.

### **Cláusula Oitava**

#### **(Duração)**

- 8.1 O presente acordo entra em vigor na data da sua assinatura por ambas as partes, ficando a parte recetora vinculada ao presente compromisso de confidencialidade, nos exatos termos supra estipulados, por tempo indefinido, contados desde a data de assinatura deste acordo.
- 8.2 As partes poderão, por acordo e a todo o tempo, revogar ou alterar, no todo ou em parte, as disposições do presente acordo, conquanto não seja posta em causa a confidencialidade da Informação.
- 8.3 Os seus efeitos podem igualmente cessar mediante a celebração de um qualquer compromisso contratual entre os Outorgantes no qual seja estipulada a confidencialidade da Informação, sendo assim substituídos os termos deste contrato, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 8.4 Em caso algum estão todavia as partes vinculadas, pelo presente acordo, a celebrar futuramente quaisquer negócios jurídicos.

**Cláusula Nona**  
**(Responsabilidade)**

- 9.1 A parte recetora ou coproprietários é responsável perante a parte emissora por quaisquer danos ou prejuízos, incluindo danos emergentes e lucros cessantes, resultantes do incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações previstas neste acordo, sem prejuízo da eventual responsabilidade criminal em que incorra no caso, nos termos da Legislação Portuguesa aplicável.
- 9.2 Sem prejuízo do disposto no número anterior, a violação de quaisquer obrigações previstas no presente acordo por parte da parte recetora ou coproprietário lesante implica o pagamento à parte lesada, a título de Cláusula Penal, de montante que cubra os prejuízos causados, sem prejuízo de outros valores que possam ser peticionados.

**Cláusula Décima**  
**(Aproveitamento do acordo)**

- 10.1 Na eventualidade de qualquer cláusula deste Acordo ser considerada inválida por uma autoridade com jurisdição sobre o presente Acordo, essa cláusula deverá ser eliminada do presente Acordo, permanecendo inalteradas, válidas e vinculativas as demais cláusulas para as partes, na medida em que não são afetadas por tal eliminação.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Integridade do acordo)**

- 11.1 Este Acordo constitui o acordo integral e único entre as partes e substitui todas as negociações, representações, empreitadas e acordos anteriores celebrados entre as partes que possam ter existido, tanto na forma escrita como oral.
- 11.2 Alterações e variações a este Acordo efetuadas em qualquer das suas cláusulas não serão válidas, exceto se acordadas por escrito, devendo o respetivo instrumento ser assinado pelas respetivas partes ou por agentes devidamente autorizados e mandatados pelas mesmas.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Lei e Resolução de Litígios)**

- 12.1 O presente acordo é submetido à Lei Portuguesa.
- 12.2 Caso surja um diferendo ou litígio entre as Partes em matéria de interpretação, validade ou aplicação do presente Acordo, que as mesmas não consigam resolver de forma amigável, qualquer das Partes poderá submetê-lo a um tribunal arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro tribunal.

- 12.3 O tribunal arbitral será constituído e funcionará de acordo com as normas definidas pela Lei da Arbitragem Voluntária (Lei nº 63/2011) e será composto por três árbitros, sendo nomeados um por cada uma das Partes e um terceiro por cooptação destas. Na falta de acordo quando à designação do terceiro árbitro, será a sua designação efetuada pelo Juiz Presidente do Tribunal da Relação de Guimarães, a requerimento de qualquer das Partes.
- 12.4 O processo de arbitragem correrá em Vila Real, em língua portuguesa, salvo acordo em contrário das partes no processo arbitral.
- 12.5 O tribunal arbitral e/ou o centro de arbitragem apreciarão os factos e julgarão de acordo com a Lei Portuguesa e das decisões por eles proferidas não caberá recurso.

Feito em \_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, em duplicado, ficando cada uma das partes na posse de um exemplar.

Primeiro Outorgante:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Segundo Outorgante

\_\_\_\_\_